



A Santa Sé

VIAGEM APOSTÓLICA A PORTUGAL

12-15 DE MAIO DE 1982

**DISCURSO DO PAPA JOÃO PAULO II
AOS TRABALHADORES NA PRAÇA DOS ALIADOS**

Porto, 15 de Maio de 1982

*Amado Irmão Arcebispo-Bispo do Porto,
Veneráveis Irmãos no Episcopado,
Excelentíssimas Autoridades,
Queridos irmãos e irmãs,
Trabalhadores de Portugal*

1. APRECIEI VIVAMENTE as amáveis e calorosas palavras com que o Senhor Arcebispo-Bispo do Porto quis dar-me as boas-vindas e igualmente a saudação do trabalhador que falou, fazendo-se intérpretes dos sentimentos delicados, respectivamente da Comunidade diocesana e dos homens do trabalho. Muito obrigado!

Paz a esta assembleia! Paz a esta Cidade e a quantos nela habitam! É com estas palavras e com muita alegria que apresento também eu cordiais saudações a todos: à cidade do Porto, esta “antiga, mui nobre, sempre leal e invicta cidade do Porto” – como se lê no seu brasão; à Igreja local portuense, Pastor, Bispos Auxiliares, Sacerdotes, Religiosos, Religiosas e todos os fiéis diocesanos e todo o generoso povo portuense e também à briosa e laboriosa população desta região nortenha, aqui presente e representada. Mas a minha saudação dirige-se muito especialmente aos representantes do mundo do trabalho: particularmente a vós, Mulheres e Homens, trabalhadores da indústria, do comércio, e do sector dos serviços. É grande a minha alegria por viver hoje aqui estes momentos no meio de vós. Conservo como experiência pessoal muito marcante, a minha passagem pelo mundo concreto do trabalho do vosso sector. E dou graças a Deus por isso.

Encontrei-me ontem em Vila Viçosa com os trabalhadores rurais de Portugal; não podia faltar um encontro com os trabalhadores do vosso sector. Ele quer manifestar o amor e a esperança com que o Papa se sente ligado aos trabalhadores: amor e esperança que nascem da profunda convicção de que os valores cristãos do Evangelho também devem estar presentes de modo vital e sempre crescente no mundo do trabalho.

Vós ocupais um lugar especial no meu coração. Estão continuamente presentes no meu espírito os vossos legítimos direitos, e as vossas aspirações, as vossas ânsias e as vossas alegrias, a preocupação que tendes pelas vossas famílias e o esforço generoso que vos anima na busca do bem comum.

2. Sois trabalhadores! Só esta palavra já me evoca um mundo de pensamentos. A vossa própria presença já fala do valor do trabalho, e permite-me como que ler nos vossos semblantes a mensagem que neste momento vos desejo dirigir.

Vejo nas vossas feições as feições de Cristo, conhecido como o carpinteiro de Nazaré; vejo nas vossas feições, neste momento irradiantes de uma alegria festiva, a expressão de confiança; vejo nas vossas feições também estampado o sofrimento e a cruz das jornadas exaustivas de trabalho. Mais do que eu, sois vós, prezados trabalhadores, que hoje aqui falais com a vossa identidade.

Gostaria, neste momento, de apertar as mãos de todos para senti-las, calejadas como estão qual documento da vossa actividade profissional. Quando dais a mão a alguém, em sinal de amizade, concedeis ao interlocutor perceber o peso e o valor do vosso trabalho. Mão nobre que trabalha! Mão que transforma o mundo! Mão que constrói uma nova realidade para uma sociedade mais humana. Mão benfazeja que trabalha para o proveito da humanidade.

Vim ao Porto *para honrar e para celebrar o trabalho*. Sei bem que o povo desta cidade e desta região e de todo o Portugal se orgulhou sempre pela sua seriedade no trabalho, pelo seu culto do trabalho. Referiam-me que o Porto é conhecido localmente como “cidade do trabalho”. Assim, que poderia eu fazer aqui senão anunciar-vos a “Boa-Nova”, o “Evangelho do trabalho”?

3. Na minha recente Encíclica sobre o trabalho humano, pelo nonagésimo aniversário da “*Rerum Novarum*”, grande documento do Papa Leão XIII, sobre a questão social, quis prestar uma homenagem especial “ao homem visto no amplo contexto dessa realidade que é o trabalho”, para à luz do mistério da Redenção de Cristo desvelar a sua riqueza e, ao mesmo tempo, o que há de árduo na existência humana.

A Igreja que acredita no homem e pensa no homem, considera como parte da sua missão “chamar sempre a atenção para a dignidade e para os direitos dos homens do trabalho, estigmatizar as situações em que são violados, contribuir para orientar as mutações para que se

torne realidade um progresso autêntico do homem e da sociedade”(João Paulo II, *Laborem Exercens*, 1).

O homem, efectivamente, segundo o plano primitivo de Deus é chamado a tornar-se senhor da terra, o “dominá-la”(Gén 1, 28), pela superioridade da sua inteligência e a actividade dos seus braços: ele é o centro da criação. “O primeiro fundamento do valor do trabalho – e por isso da sua dignidade – é o mesmo homem”. A dignidade da própria pessoa que trabalha há-de ser a base e o critério a ter presente, quando se trata da avaliação de qualquer espécie de trabalho manual ou intelectual. Na realidade, o protagonista e o fim do trabalho, o seu verdadeiro criador e artífice, mesmo nas mais humildes e monótonas actividades, é sempre o homem, como pessoa. E o homem que foi criado à “imagem de Deus”.

4. A crescente afirmação da civilização materialista, que invade o nosso mundo, tende a relegar para segundo plano a dimensão subjectiva do trabalho, fundada sobre a dignidade do homem. Neste ambiente existe o perigo de os trabalhadores se tornarem autómatos, serem sem rosto, massa amorfa despersonalizada, à mercê de forças poderosas que nem sempre procuram os interesses de quem trabalha: os interesses do homem, da família, e da comunidade.

A questão não é nova, como bem sabeis. A invenção da máquina deu certamente ao trabalho humano uma nova dimensão do instrumento prolongava e reforçava o braço humano, a máquina tendia a substituí-lo. Inventando a máquina, o homem suspirava eliminar o emprego da própria força muscular, aliviar-se de um peso.

Mesmo melhorando as condições de vida dos operários, passado o primeiro impacto da novidade, notou-se que a precisão mecânica e a rapidez cada vez mais acelerada iniciaram um novo processo de vida humana. É a máquina que impõe o seu ritmo ao homem; já não há tempo para nada, nem para ninguém, com todo o cortejo de inconvenientes que se lhe seguem. E não deveria ser assim. Mesmo quando se pretende melhorar as suas condições e nível de vida, submeter o homem, criado a “imagem de Deus”, a um esforço produtivo, quase só orientado ao mero bem-estar material e ao lucro, fechando-se às perspectivas de ordem humana e espiritual, é contra a sua dignidade.

5. Só com base numa consciência assim se podem enfrentar convenientemente os problemas do mundo do trabalho, a começar pelo difícil e melindroso problema da relação entre capital e trabalho, entre propriedade e mão de obra, entre o dator de trabalho e o trabalhador.

Não se pode menosprezar nenhum dos dois dados do problema: sem capital não há trabalho. Portanto os detentores ou fornecedores do capital realizam uma grande obra em prol do bem comum, merecendo a consideração e o respeito de todos, ao abrir novas frentes de trabalho e possibilitando empregos. Por outro lado, o trabalho humano não pode ser considerado apenas em função do capital. Transcende-o absolutamente. O homem não é feito para a máquina, mas a

máquina para o homem.

O argumento de que as máquinas não podem parar não é válido para tentar escravizar o homem ao seu ritmo, privando-o do merecido descanso e de um teor de vida verdadeiramente humano.

Recentes transformações profundas se, por um lado, revelam uma vontade real de criar um clima de bem-estar económico e de justiça social sempre mais perfeita, não escondem porém as inevitáveis tensões, perplexidades e fraquezas que acompanham por vezes a busca de soluções e os reajustamentos subsequente às grandes mudanças de ordem sócio-política.

Nestas circunstâncias, todo o cidadão deve aceitar o dever de colaborar sinceramente, para construir, com o seu trabalho sério e fiel, uma comunidade nacional sempre melhor, onde seja promovida a justiça social – nome novo do bem comum – onde seja respeitada em cada momento a dignidade da pessoa. À luz deste bem comum, se deve julgar da oportunidade e justiça de certas formas reivindicativas, que, parecendo defender os legítimos interesses dos trabalhadores, causam por vezes graves danos a toda a comunidade.

6. É certo, caríssimos trabalhadores, que nunca podereis alcançar a solução melhor para os vossos problemas se cada um de vós permanecer isolado. Para participardes na solução dos problemas sociais, tendes também o direito de formar associações, com a finalidade de defender os interesses vitais dos homens empregados nas diferentes profissões. Estes interesses são até certo ponto comuns a todos; mas cada trabalho, cada profissão, possui uma sua especificidade, que deveria reflectir-se nestas organizações. Refiro-me, como bem sabeis, aos sindicatos.

A doutrina social católica não pensa que os sindicatos sejam somente o reflexo de uma estrutura “de classe” da sociedade, como não pensa que eles sejam o expoente de uma luta de classes, que inevitavelmente governe a vida social. Eles são, sim, um expoente de luta pela justiça social, pelos justos direitos dos homens do trabalho segundo as suas diversas profissões. No entanto, esta “luta”, como já dizia na aludida Encíclica *Laborem Exercens*, “deve ser compreendida como um empenhamento normal das pessoas “em prol” do justo bem: no caso, em prol do bem que corresponde às necessidades e aos méritos dos homens do trabalho, associados segundo as suas profissões; mas não é uma luta “contra” os outros”(João Paulo II, *Laborem Exercens*, 80).

Está também em vossas mãos, pois, procurar a solução dos vossos problemas. Jamais, porém, com o ódio ou a violência.

O Cristianismo ensina-nos a amar a todos os homens, mesmo quando se defendem os próprios interesses e se está empenhado numa luta reivindicativa. Não se pode pensar só em si, ou na sua própria categoria social. Tudo deve ser subordinado ao bem comum. Não é justo e não é cristão que uma classe, devido a maiores possibilidades de pressão, oferecidas quer pela posição que ocupa no contexto social, quer pela força combativa de que conseguiu munir-se, prevaleça

sobre as demais, menosprezando os legítimos direitos de outrem. Cada pessoa e cada classe, ao exigir justiça para si, deve igualmente visar a promoção da justiça e dos direitos dos demais.

7. Nesta linha de pensamento, depara-se-nos, no pólo oposto, a situação dos que não “têm vez” e, por isso, impedidos de “terem voz”: o desemprego. “É bem conhecido que no vosso País – escreveram recentemente os vossos Bispos numa Carta Pastoral – se verifica uma grave crise de desemprego, geradora de situações intoleráveis, no plano pessoal, no plano familiar e no plano social”. E faço minhas as palavras que eles acrescentavam a seguir: “Tudo deve ser tentado para resolver ou minorar, no mais curto espaço de tempo, este problema crucial... É autêntico imperativo patriótico e moral que todas as forças interessadas se empenhem, pondo de lado divergências, recriminações e conflitos, num esforço concertado, em ordem a um plano de redução acelerada do desemprego que comprometa verdadeiramente a comunidade nacional no seu conjunto. Com esse fim, ninguém deve considerar-se dispensado de fazer os sacrifícios necessários”.

Sente-se nos nossos dias a aspiração geral ao trabalho. Trabalhar é integrar-se activamente no processo de desenvolvimento humano e, com isso, sentir-se útil em relação aos outros. A pessoa humana tem inato esse desejo de colaborar nas grandes realizações da comunidade em que está inserida. Cada um parece sentir a sua parcela de responsabilidade. Com efeito, cada homem que vem a este mundo deve dar uma sua real contribuição para o progresso humano, no sentido de tornar o mesmo mundo mais condizente com as verdadeiras aspirações humanas. Por isso a consideração dos valores subjectivos e sociais do trabalho requer que em toda a comunidade política seja reconhecida não só a importância do trabalho mas o próprio direito ao trabalho, tudo se tente no sentido de eliminar o desemprego e o sub-emprego.

8. De algum modo relacionado com este problema do desemprego, anda o problema do justo salário. Sem esquecer nunca que a propriedade privada dos bens está sempre sob hipoteca social, portanto, a dever servir o bem comum, viria aqui a propósito recordar os critérios para estabelecer o justo salário. Este permanece, em todos os casos, a verificação concreta de cada sistema socio-económico. Mas estou certo de que não se deixará de dedicar-lhe sempre a devida atenção. Igualmente se procurará encarar de frente, não duvido, um outro fenómeno, que assumiu enormes proporções em diversos países e que é bem sentido em Portugal: a emigração, com todas as suas incidências, e ligado a ela o fenómeno do urbanismo.

Mas urge terminar, amados irmãos e irmãs, o nosso colóquio. E não o quereria fazer sem uma referência especial às vossas famílias. Vendo-vos a vós, homens do trabalho, penso também naqueles que vos são queridos: as vossas esposas, as vossas mães, os vossos filhos, os vossos doentes. Penso em todos quantos fazem parte do vossos lares. Vós, que vos cansais no trabalho para manterdes a vossa casa e sustentardes os vossos filhos, continuai a ser fiéis aos são valores tradicionais da família portuguesa! Continuai a amar as vossas famílias. Porque vós também necessitais da vossa família! Não deixeis que o trabalho desagregue a vida familiar. Não

deixeis que certo estilo de vida separe os pais dos filhos. Não permitais que a vossa casa seja apenas um local para tomar as refeições e para descansar! Sede vós os educadores dos vossos filhos!

No lar ocupa um lugar de relevo, a mãe. Dela depende em grande parte o bem-estar da família. Que não se veja forçada, pela carência de meios, pelos salários baixos, a ter que sacrificar o tempo que normalmente dedicaria à casa e à educação dos filhos. Que ela não seja nunca vítima de situações inumanas. E se houver de assumir um trabalho fora de casa, que essa ocupação não sacrifique bens mais profundos nem a afaste do lar, do marido, dos filhos!

Um último apelo, a vós trabalhadores! Abri as vossas famílias a Cristo Trabalhador! A presença do Senhor iluminará as vossas casas, far-vos-á compreender melhor a vossa dignidade de trabalhadores e a vossa missão na família.

9. Amados Trabalhadores:

A concluir, recordo-vos, uma vez mais, a grande nobreza do vosso trabalho; desejo-vos que ele nunca vos degrade; que não cedais nunca a fáceis demagogias, nem vos deixeis iludir por ideologias sem abertura para o espiritual. Estaríeis a sonhar um mundo pouco humano se vos empenhásseis apenas em ter cada vez mais. Como homens, como pessoas e como trabalhadores, que vos anime sempre o ideal de ser cada vez mais.

Lembro aqui, como noutras ocasiões, a bem-aventurança evangélica: felizes os pobres em espírito, pois é deles o reino dos céus: os que têm bens devem abrir o seu coração aos pobres, numa mudança interior, sem a qual não se alcançará uma ordem social justa e estável; e os que não têm bens devem aprender também a viver a pobreza de espírito, para que a pobreza material não os prive da própria dignidade humana, que é sempre mais importante que todos os bens. Na sua forma mais exaltante e bela, o “Evangelho do trabalho” foi escrito e proclamado por Cristo. Ele, sendo Deus fez-se semelhante a nós em tudo, excepto no pecado, e dedicou a maior parte dos anos da sua vida sobre a terra ao trabalho manual, incorporando assim o trabalho e o cansaço na obra da Redenção que vinha realizar.

Mas no pensamento de Deus, o trabalho, “desde o princípio” se enquadrava na perspectiva maravilhosa do “Façamos o homem à nossa imagem e semelhança”(Gén 1, 26), como lemos no início do Génesis. Não encontramos já aqui a primeira expressão do “Evangelho do trabalho”? A razão de ser da dignidade do trabalho está nesta divina “semelhança”. Por isso, o homem, ao trabalhar imita a Deus, seu Criador, porque traz impressa em si mesmo – somente ele – a semelhança com Deus.

Para trabalhar, é necessário ser homem, ser pessoa; para trabalhar, é preciso ser “imagem” de Deus. Daqui se segue que a dignidade do trabalho se apoia não apenas no aspecto natural, mas

também na dimensão espiritual. É certamente prerrogativa do homem-pessoa, é factor de realização humana, é serviço à comunidade dos homens.

A minha peregrinação em terras portuguesas foi toda ela marcada pela presença de Maria: Fátima, Vila Viçosa, Sameiro! Ao concluir esta viagem apostólica na cidade do Porto, faço-o ainda à sombra de Maria. Não é o Porto a “civitas Virginis”, a Cidade da Virgem, que ostenta no seu brasão a imagem de Nossa Senhora?

A Nossa Senhora confio todos os que aqui vivem e trabalham, na construção de um mundo mais humano e mais cristão, confio os trabalhadores de Portugal, pedindo-Lhe que a todos conduza a Jesus Cristo, Redentor do homem!